



**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



protocolo@cremeb.org.br



71 3339-2800



www.cremeb.org.br

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

(UASG: 389168)

### CREDENCIAMENTO: CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 025/2025

(Processo Administrativo n.º 032/2025 | SEI 25.5.000002776-5)

### CONTRATANTE

**CÓDIGO UASG: 389168**

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

### OBJETO

O presente procedimento tem por objeto a seleção e credenciamento de advogados habilitados para atuação como defensores dativos, com a finalidade de prestar assistência jurídica a médicos regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia – CREMEB, considerados revéis no âmbito de Processos Ético-Profissionais (PEP) e procedimentos administrativos, conforme designação específica, mediante nomeação da Corregedoria e/ou da Presidência deste Conselho Regional, sob demanda, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### DATA PARA SUBMISSÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A partir da publicação deste Edital.

Prazo de recebimento: de 12/12/2025 a 25/02/2026 até 18h.

A remuneração do Defensor Dativo será realizada POR FASES DO PROCESSO ÉTICO PROFISSIONAL, totalizando R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) conforme item 7.7 do Termo de Referência.

A remuneração do Defensor Dativo para atuação em Procedimento Administrativo que vise a apuração de doença incapacitante para o exercício da medicina, será no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) conforme item 7.9 do Termo de Referência.





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

### CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 025/2025

(Processo Administrativo n.º 032/2025)

Torna-se público que o Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, por meio da sua Comissão de Licitação, designada pela Portaria n.º 57/2023, de 01 de setembro de 2023, sediado na Rua Guadalajara, 175, Morro do Gato – Salvador-Ba – CEP 40140 460, realizará CREDENCIAMENTO, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e Resolução CREMEB n.º 368 de 11 de setembro de 2020, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e em seus Anexos.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1 O presente procedimento tem por objeto a seleção e credenciamento de advogados habilitados para atuação como defensores dativos, com a finalidade de prestar assistência jurídica a médicos regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia – CREMEB, considerados revéis no âmbito de Processos Ético-Profissionais (PEP) e procedimentos administrativos, conforme designação específica, mediante nomeação da Corregedoria e/ou da Presidência deste Conselho Regional.
- 1.2 Pelo princípio da isonomia, a lista homologada será utilizada pelo Corregedor Geral do CREMEB, em sistema de ordem de inscrição, para que todos tenham a possibilidade de exercer a função dentro das possibilidades e necessidades do CREMEB.
- 1.3 A entrega do Requerimento preenchido juntamente com a documentação solicitada implica em manifesto interesse em participar do processo de credenciamento, vinculando-se os interessados que obtiveram a sua inscrição homologada a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital, seus anexos, bem como a perfeita execução dos serviços objeto deste credenciamento.
- 1.4 O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878, de 2024.
- 1.5 O presente credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

#### 2. DAS INSCRIÇÕES

- 2.1 As inscrições para o credenciamento deverão ser feitas exclusivamente por meio eletrônico, mediante requerimento, cujo modelo integra este edital como Anexo II e demais documentos exigidos no Termo de Referência.
- 2.2 A partir da divulgação deste edital, o interessado deverá encaminhar o requerimento de inscrição para o endereço eletrônico [decomp@cremeb.org.br](mailto:decomp@cremeb.org.br), responsabilizando-se pela veracidade de todos os documentos encaminhados, sob as penas da Lei, bem como pelo dever de apresentar os documentos originais quando instados pela Administração.





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

2.3 **Prazo de recebimento:** de 12/12/2025 a 25/02/2026 até as 18h.

2.4 A inscrição será confirmada pelo envio ao interessado de mensagem por meio do endereço eletrônico [decomp@cremeb.org.br](mailto:decomp@cremeb.org.br), informando o recebimento dos documentos, cuja regularidade será avaliada por Comissão.

2.5 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e endereço eletrônico deste Conselho: [www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br) menu Transparência e Prestação de Contas, Licitações e Contratos.

2.6 O requerimento deverá estar instruído com os documentos de habilitação exigidos no Termo de Referência (Anexo I deste edital), a serem digitalizados em arquivo único, em formato PDF, com tamanho não superior a 20MB, preferencialmente na ordem indicada nos referidos itens.

2.7 Constitui obrigação do advogado credenciado manter as informações atualizadas, noticiando o CREMEB em caso de qualquer alteração da situação.

2.8 A inscrição do advogado implica conhecimento e concordância com as condições estabelecidas nesse edital de credenciamento e alterações posteriores, em especial quanto aos critérios adotados nos valores dos Honorários. Não serão aceitas inscrições realizadas de forma diversa da prevista neste edital.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar deste credenciamento os profissionais legalmente habilitados junto à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia e que atendam a todas as exigências legais e editalícias.

3.2 Não poderão participar deste credenciamento as(os) Advogadas(os) que:

3.2.1 não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.3 **mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;**

3.2.4 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.5 pessoas jurídicas;





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

- 3.2.6 tenham sido declarados inidôneos para contratar com a Administração Pública de qualquer dos entes da federação, com base no artigo 156, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, no artigo 12, da Lei federal n.º 8.429/1992, no artigo 33, incisos IV e V, da Lei federal n.º 12.527/2011;
- 3.2.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.3 A vedação de que trata o item 3.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSCRIÇÃO NOS QUADROS DE DEFENSOR DATIVO DO CREMEB**
- 4.1 Os **documentos previstos no Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 4.2 Todas as especificações do serviço vinculam o interessado.
- 4.3 A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.4 Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.5 O interessado ficará responsável pela veracidade das informações prestadas no requerimento e pela veracidade dos documentos de habilitação encaminhados.
- 4.6 O requerimento apresentado de forma incompleta, rasurado, ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerado inepto sendo desclassificado o interessado
- 4.7 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



protocolo@cremeb.org.br



71 3339-2800



www.cremeb.org.br

- 4.7.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 4.7.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 4.8 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## 5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1 Encerrada a etapa de análise documental, a Comissão verificará se o/a candidato(a) provisoriamente classificado(a) atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 5.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  - 5.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  - 5.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAL, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 5.2 Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.3 A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.
- 5.4 Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância do seguinte critério de distribuição da demanda:
  - 5.4.1 Os credenciados serão nomeados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia conforme a demanda, observada a listagem inicial que será organizada por ordem da data de envio de todos os documentos exigidos.
- 5.5 A eficácia do procedimento dar-se-á com a publicação da relação homologada dos profissionais credenciados no Diário Oficial da União e estará permanentemente disponível e atualizada no PNCP e no site do CREMEB.







**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

5.6 Seguindo o princípio da isonomia, a lista será utilizada em sistema de ordem crescente de inscrição, conforme lista já homologada e publicada, para que todos tenham a possibilidade de exercer a função dentro das necessidades do CREMEB.

5.6.1 Nos processos em que constem mais de um revel deverá ser nomeado mais de um Defensor Dativo, obedecida a lista de inscrição, sendo devido o pagamento dos honorários fixados nesta resolução a cada um.

5.6.2 A nomeação do dativo será feita pela Corregedoria, obedecida a ordem estabelecida na lista de inscrição.

5.7 A homologação dos credenciados será publicada no Diário Oficial da União e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP e no site do CREMEB.

5.8 O credenciado que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso escrito, inclusive por meio do endereço eletrônico e-mail: [processos@cremeb.org.br](mailto:processos@cremeb.org.br), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e desde que não esteja em curso prazo processual no feito para o qual foi nomeado.

5.9 O credenciamento terá caráter precário, por isso, a qualquer momento o credenciado ou a Administração poderá denunciar o credenciamento caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

## **6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

6.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

6.2 Os pedidos de esclarecimentos poderão ser feitos por e-mail, para o seguinte endereço: [decomp@cremeb.org.br](mailto:decomp@cremeb.org.br) devendo preencher o campo “Assunto” com: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO -DEFENSOR DATIVO.

6.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: [decomp@cremeb.org.br](mailto:decomp@cremeb.org.br)

6.4 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

6.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.6 Os esclarecimentos e impugnações feitos formalmente por e-mail serão respondidos pela mesma via eletrônica, diretamente ao solicitante pela Comissão designada para esta finalidade.

6.7 Acolhida a impugnação, o edital retificado será republicado.





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

## 7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado ou credenciado que, com dolo ou culpa:

- 7.1.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
- 7.1.2 fraudar o credenciamento;
- 7.1.3 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 7.1.3.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 7.1.3.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 7.1.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 7.1.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013;
- 7.1.6 deixar de adotar todas as medidas necessárias à defesa dos acusados no processo para o qual tenha sido regularmente nomeado, deixar de cumprir ou retardar o cumprimento dos prazos estabelecidos em Lei ou não atuar com zelo.

7.2 Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 7.2.1 advertência;
- 7.2.2 multa;
- 7.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 7.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 7.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 7.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

7.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor referência de R\$2.000,00 (dois mil reais), recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

7.4.1 Para as infrações previstas nos itens 7.1.3., 7.1.4., 7.1.5., 7.1.6., a multa será de 15% a 30% sobre o valor de R\$2.000,00 (dois mil reais).

7.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.3, 7.1.4, 7.1.5 e 7.1.6, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do artigo 158 da Lei federal nº 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.9 Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.10 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.12 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7.13 O valor da multa aplicada após o regular processo administrativo será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CREMEB, no bojo do mesmo contrato ou cobrado judicialmente.

## 8. DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.







**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico para o endereço eletrônico [decomp@cremeb.org.br](mailto:decomp@cremeb.org.br)

8.5 A comissão examinadora encaminhará mensagem eletrônica informando o recebimento.

8.6 O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Julgados os recursos, a Comissão elaborará a lista de advogados credenciados, com relação em ordem alfabética dos candidatos selecionados para atuação.

## **9. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO**

9.1 O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

9.2 Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3 A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

9.4 Será realizado o descredenciamento quando houver:

9.4.1 pedido formalizado pelo credenciado;

9.4.2 perda das condições de habilitação do credenciado;

9.4.3 descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

9.4.4 sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

9.5 O pedido de descredenciamento de que trata o item 9.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

9.6 Nas hipóteses previstas nos subitens 9.4.2 e 9.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

9.7 Se houver a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

9.8 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com profissional que estiver irregular.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

9.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.3 Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste edital.

9.4 O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico deste Conselho: [www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br) menu Transparência e Prestação de Contas, Licitações e Contratos.

9.5 Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.5.1 Anexo I - Termo de Referência;

9.5.1.1 Estudo Técnico Preliminar;

9.5.2 Anexo II - Modelo de Requerimento de Inscrição;

9.5.3 Anexo III - Termo De Confidencialidade;

9.5.4 Anexo III – Tabela de Honorários Profissionais;

9.5.5 Anexo IV – Modelo de Declaração de Conformidade com o item 4.1.8. do Termo de Referência.

9.5.6 Formulários - Autônomo Pessoa Física para cadastro no e-social (somente credenciados).

Salvador/BA, 12 de dezembro de 2025.

Cons. Otávio Marambaia dos Santos  
Presidente do CREMEB





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

## ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a seleção e credenciamento de advogados habilitados para atuação como defensores dativos deste Conselho, com a finalidade de prestar assistência jurídica a médicos regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia – CREMEB, considerados revéis no âmbito de Processos Ético-Profissionais (PEP) e procedimentos administrativos conforme.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 A nomeação de defensores dativos se justifica como medida necessária para assegurar a observância dos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, pilares do ordenamento jurídico nacional e especialmente relevantes nos procedimentos conduzidos pelo Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia – CREMEB.
- 2.2 Nos processos ético-profissionais e procedimentos administrativos sob a responsabilidade do CREMEB, a ausência de defesa técnica compromete a regularidade, celeridade e validade dos atos processuais. Dessa forma, torna-se indispensável a constituição de um cadastro de profissionais habilitados para atuação, mediante credenciamento público, garantindo-se isonomia, transparência e eficiência administrativa.
- 2.3 A contratação ora pretendida visa atender o princípio do contraditório e da ampla defesa previstos no inciso LV do art. 50 da Constituição da República Federativa do Brasil, e a previsão contida no art. 49, § 1º, do Código de Processo Ético-Profissional (Resolução CFM nº 2.306/2022) quanto à designação de defensor dativo nos casos em que o denunciado ou periciando for declarado revel.
- 2.4 Ademais, o credenciamento se mostra o procedimento mais viável para atender as demandas de Defensoria Dativa no CREMEB, encontrando respaldo nos artigos 74 e 78 da Lei Federal nº 14.133/ 2021, Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878, de 2024, Resolução CREMEB nº 368 de 11 de setembro de 2020, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições editalícias, que será elaborado com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da seleção da proposta mais vantajosa, da isonomia entre os participantes, da razoabilidade, da publicidade, da eficiência e do julgamento objetivo.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Poderão participar deste credenciamento os profissionais legalmente habilitados junto à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia e que atendam a todas as exigências legais e editalícias.
- 3.2 Não poderão participar deste credenciamento as(os) Advogadas(os) que:
- 3.2.1 não atenda(m) às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.2.2 pessoa física que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

- 3.2.3 mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.2.4 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.2.5 tenham sido declarados inidôneos para contratar com a Administração Pública de qualquer dos entes da federação, com base no artigo 156, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, no artigo 12, da Lei federal nº 8.429/1992, no artigo 33, incisos IV e V, da Lei federal nº 12.527/2011;
- 3.2.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.3 O edital conterá as normas do processo seletivo, como documentos necessários, prazos, critérios de seleção e especificidades do trabalho.
- 3.4 Os advogados interessados deverão submeter suas propostas de participação, preenchendo formulários e entregando a documentação solicitada (como cópias de registros profissionais, currículos, comprovantes de experiência, entre outros).
- 3.5 A Comissão designada realizará a análise das propostas e documentos entregues, avaliando as qualificações dos advogados conforme critérios estabelecidos no edital.
- 3.6 Com base na análise, serão selecionados os advogados aptos a atuar como defensores dativos, que formarão uma lista a ser utilizada em sistema de ordem crescente de inscrição, conforme lista que vier a ser homologada e publicada, para que todos tenham a possibilidade de exercer a função dentro das necessidades do CREMEB.

#### 4. DOS REQUISITOS E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- 4.1 Os interessados deverão atender a todos requisitos para se credenciar nos quadros de Defensor Dativo do CREMEB, com a apresentação dos respectivos documentos, conforme a seguir:

##### Habilitação jurídica

- 4.1.1 ser Bacharel em Direito e possuir registro ativo na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), comprovada através da apresentação de cópia simples da cédula de identidade profissional, **expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia (frente e verso);**





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



protocolo@cremeb.org.br



71 3339-2800



www.cremeb.org.br

- 4.1.2 não possuir penalidade disciplinar imposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), comprovada através da apresentação de **"Certidão de existência de alguma penalidade", emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia;**
- 4.1.3 ter no mínimo **05 (cinco) anos de exercício da profissão;**
- 4.1.4 estar em pleno gozo dos direitos políticos mediante apresentação de **Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral;**
- 4.1.5 ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 4.1.6 apresentar **certidões de nada consta das distribuições cíveis e criminais das Justiças Estadual e Federal** da localidade onde o candidato reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
- 4.1.7 não possuir vínculo empregatício ou prestar serviços, direta ou indiretamente, ao CREMEB, exceto em condição anterior de defensor dativo;
- 4.1.8 **declaração do profissional**, sob as penas da lei, de que não é servidor público do CREMEB, bem como, não ser parente até o terceiro grau em linha reta ou colateral de empregado ou conselheiro do CREMEB, de que não incorre nas vedações previstas no artigo 14, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021, não guardando parentesco com membros da Comissão responsável pelo credenciamento, nos termos do modelo que integra o edital como Anexo IV;
- 4.1.9 estar regular e quite com as anuidades junto à OAB/BA, comprovada através da apresentação de **Certidão de quitação com a Tesouraria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia** (deve ser apresentada anualmente enquanto perdurar o cadastro);
- 4.1.10 Apresentar **comprovante de endereço profissional ou residencial recente** (por exemplo contas de água, luz, telefone, com menos de 3 meses);
- 4.1.11 **Requerimento de inscrição de Defensores Dativos assinado, conforme Anexo II;**
- 4.1.12 **Termo de confidencialidade assinado conforme Anexo III.**

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 4.1.13. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Físicas;**
- 4.1.14. prova de **inscrição no Regime Geral da Previdência Social – INSS;**
- 4.1.15 prova de inscrição no **cadastro de contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;**
- 4.1.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;







**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

- 4.1.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.1.18 **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do profissional, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.1.19 Caso o interessado se considere isento ou imune dos tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.2 O interessado ficará responsável pela veracidade das informações prestadas no requerimento e pela veracidade dos documentos de habilitação encaminhados.
- 4.3 O requerimento apresentado de forma incompleta, rasurado, ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerado inepto sendo desclassificado o interessado.
- 4.4 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 4.4.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 4.4.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 4.5 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 5.1 O CONTRATANTE se obriga a:

- Efetuar, com pontualidade, os pagamentos a CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais e contratuais;
  - Fiscalizar e acompanhar a execução das disposições contratuais avençadas no presente contrato;
  - Cumprir e fazer cumprir o disposto nas Cláusulas deste contrato.
- 5.2 A CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços e ainda aplicar multa ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas neste contrato.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 6.1 A CONTRATADA se obriga a:





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

- a) Executar os serviços objeto deste contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência necessários;
- b) Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais e municipais, em consequências de fato a ela imputável e relacionados com os serviços contratados;
- c) Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

6.2 Será vedada à CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

## 7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS HONORÁRIOS

- 7.1 A atuação do defensor dativo terá início com sua nomeação nos autos, conforme previsão no caput do artigo 49 do Código de Processo Ético-Profissional e se encerrará com a apresentação do recurso, caso haja, ou a qualquer momento, com a cessação da revelia, devendo, nesse caso, receber os honorários da fase em que se encontrar o processo, caso ainda não o tenha recebido.
- 7.2 Todos os profissionais que atenderem aos requisitos do edital e seus anexos serão credenciados, com fundamento no artigo 79, inciso I, parágrafo único, da Lei federal nº14.133/2021.
- 7.3 O advogado que compuser o cadastro de defensores dativos do CREMEB deverá, ao aceitar o encargo, assinar o termo de confidencialidade, garantindo, assim, o sigilo das informações contidas nos Procedimentos que irá receber, sob pena de exclusão definitiva e irrevogável dos quadros de defensores dativos deste CREMEB, com envio de reclamação à Ordem de Advogados do Brasil-OAB/Seção Bahia.
- 7.4 O defensor dativo deverá ser sumariamente excluído da lista de credenciados se desatender qualquer prazo processual ou aceitar e não realizar a defesa objeto do processo.
- 7.5 É vedado ao defensor dativo nomeado o substabelecimento dos poderes recebidos, bem como, é proibido qualquer terceirização da atividade objeto deste Edital.
- 7.6 Não poderá haver nenhum pagamento por parte do médico revel.
- 7.7 A remuneração do Defensor Dativo será realizada POR FASES DO PROCESSO ÉTICO PROFISSIONAL nas seguintes condições:
  - 7.7.1 FASE 1 — Apresentação da Defesa Prévia escrita e protocolada à Corregedoria: R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
  - 7.7.2 FASE 2 - Acompanhamento e conclusão de todas as audiências de instrução: R\$600,00 (seiscentos reais);
  - 7.7.3 FASE 3 — Apresentação de alegações finais: R\$ 800,00 (oitocentos reais);
  - 7.7.4 FASE 4 — Acompanhamento da Sessão de Julgamento, inclusive realização de sustentação oral: R\$ 600,00 (seiscentos reais).

TOTAL- R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais)





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeh.org.br](mailto:protocolo@cremeh.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeh.org.br](http://www.cremeh.org.br)

- 7.8 Em caso de eventual condenação, com a apresentação de recurso ao Pleno do CREMEB (casos de decisões de cassação) e/ou ao Conselho Federal de Medicina, bem como, em caso de recurso por parte do(a) denunciante, com a apresentação das contrarrazões, o Defensor Dativo fará jus a 20% (vinte por cento) do valor global dos honorários ora fixados cumulativamente aos pagamentos dos valores acima.
- 7.9 Quando houver a constituição de Defensor Dativo para atuação em Procedimento Administrativo que vise a apuração de doença incapacitante para o exercício da medicina, os honorários serão no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e pagos nas seguintes condições:
- 7.9.1 60% (sessenta por cento) quando apresentada a manifestação;
  - 7.9.2 40% (quarenta por cento) quando da apresentação em Sessão Plenária;
  - 7.9.3 Será acrescentado 10% (dez por cento) do valor global a cada avaliação periódica que o Defensor Dativo acompanhar;
  - 7.9.4 Em caso de eventual recurso ao Conselho Federal de Medicina o Advogado Dativo fará jus a 20% (dez por cento) do valor global dos honorários ora fixados, cumulativamente, independentemente dos pagamentos dos valores acima.
- 7.10 Os valores indicados referentes aos honorários poderão ser corrigidos anualmente, a critério do Plenário do CREMEB, conforme estabelece a Resolução CREMEB 368/2020.
- 7.11 É vedado ao defensor dativo nomeado o recebimento de quaisquer honorários complementares, pela atuação no âmbito do CREMEB, enquanto perdurar sua nomeação nos autos.
- 7.12 É proibido qualquer outro pagamento por parte do CREMEB ao defensor dativo, seja deslocamento, passagens, alimentação ou qualquer outra justificativa não importando sua natureza.
- 7.13 Os Defensores Dativos poderão, excepcionalmente, ser designados pela Diretoria para atuar em Procedimentos Administrativos Disciplinares instaurados contra empregados do CREMEB, para cumprimento ao quanto dispõe o art. 28 da Resolução CREMEB 375/2021. Em tais casos, farão jus à mesma remuneração prevista no item 7.9 para procedimentos administrativos, observada a seguinte distribuição:
- 7.13.1 50% (sessenta por cento) quando apresentada a manifestação inicial;
  - 7.13.2 30% (trinta por cento) após o acompanhamento integral de todos os depoimentos, até o encerramento da instrução;
  - 7.13.3 20% (vinte por cento) com a apresentação das alegações finais.
- 7.14 No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
- 8.1 O valor estimado para o credenciamento é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), considerando-se a média de demandas nos últimos 06(seis) anos.





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

- 8.2 A despesa com a contratação dos serviços descritos correrá à conta do elemento orçamentário: Unidade Gestora: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia – CREMEB, CNPJ 14.855.787/0001-88. Conta Orçamentária: 6.2.2.1.1.33.90.36.020

## 9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado ou credenciado que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
  - 9.1.2 fraudar o credenciamento;
  - 9.1.3 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 9.1.3.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 9.1.3.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
  - 9.1.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013;
  - 9.1.6 deixar de adotar todas as medidas necessárias à defesa dos acusados;
  - 9.1.7 deixar de comparecer ao plantão para o qual tenha sido regularmente intimado, deixar de cumprir ou retardar o cumprimento dos prazos estabelecidos em Lei ou não atuar com zelo.
- 9.2 Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1 advertência;
  - 9.2.2 multa;
  - 9.2.3 impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 9.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
  - 9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 9.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 9.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% sobre o valor referência de R\$2.000,00 (dois mil reais), no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

- 9.5 Para as infrações previstas nos itens 9.1.3., 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., a multa será de 15% a 30% sobre o valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) a depender da gravidade da infração e do prejuízo causado à Administração.
- 9.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5 e 9.1.6, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do artigo 158 da Lei federal nº 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.10 Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.11 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.14 O valor da multa aplicada após o regular processo administrativo será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CREMEB, no bojo do mesmo contrato ou cobrado judicialmente.

## 10. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

- 10.1 Todos os profissionais que atenderem aos requisitos do edital e seus anexos serão credenciados, com fundamento no artigo 79, inciso I, parágrafo único, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 10.2 O termo de credenciamento firmado com o defensor dativo apto terá vigência inicial de 02(dois) anos, podendo ser prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições permanecem vantajosas para a Administração, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:







**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

- 10.3.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - 10.3.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 10.3.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - 10.3.4 Haja manifestação expressa do(a) CREDENCIADO informando o interesse na prorrogação;
  - 10.3.5 Seja comprovado que o(a) CREDENCIADO(A) mantém as condições iniciais de habilitação; e
  - 10.3.6 Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 10.4 O(A) CREDENCIADO(A) não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 10.5 A prorrogação do termo de credenciamento deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 10.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o(a) CREDENCIADO(A) tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 11. DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 11.1 A designação e a prestação de serviços não geram nenhum vínculo trabalhista como CREMEB.
- 11.2 Cessado o concurso do defensor dativo pelo comparecimento espontâneo do médico denunciado, o advogado não fará jus a qualquer valor senão aos correspondentes aos atos até então praticados.
- 11.3 As comunicações entre o credenciado e a Administração devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 11.4 Caberá à Coordenação do Tribunal de Ética Médica ou, quando for o caso, à Coordenação da Secretaria da Diretoria, o acompanhamento e a fiscalização das atividades imputadas aos advogados credenciados.
- 11.5 Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Salvador-BA para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes deste Edital e de seus anexos.





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



protocolo@cremeb.org.br



71 3339-2800



www.cremeb.org.br

## ANEXO II: MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

À

Ilustríssima COMISSÃO EXAMINADORA

\_\_\_\_\_, (nome), RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, (qualificação), (nº inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil) OAB-BA nº \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ e endereço profissional  
\_\_\_\_\_, (rua, nº, bairro, cidade, estado, CEP), telefones \_\_\_\_\_,  
fax \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, vem à presença de V. Sa., requerer sua inscrição no Edital  
de Credenciamento nº \_\_\_\_/2025, nos termos da lei e das condições estabelecidas no presente edital  
convocatório, solicito minha inclusão no quadro de defensores dativos do Conselho Regional de  
Medicina do Estado da Bahia, encaminhando em anexo a documentação exigida no item 4. DOS  
REQUISITOS E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS do Termo de Referência.

O(A) requerente declara estar ciente e de acordo com as disposições que regem o procedimento de  
credenciamento.

Declaro estar ciente de todo o conteúdo da Resolução CREMEB n.º 368/2020, bem como do Edital  
publicado no Portal do CREMEB, comprometendo-me ao seu fiel cumprimento e aceitando as regras  
ali impostas para tal atividade, sob pena de exclusão do cadastro.

Apresento para meu cadastro todos os documentos elencados no edital para cadastramento de  
defensores dativos.

Estou ciente de que a efetivação do meu cadastro depende da confirmação e regularidade dos  
documentos entregues a esse Conselho Regional de Medicina.

Termos em que, pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome Completo e Assinatura





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



[protocolo@cremeb.org.br](mailto:protocolo@cremeb.org.br)



71 3339-2800



[www.cremeb.org.br](http://www.cremeb.org.br)

### ANEXO III: TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

EU, \_\_\_\_\_ Advogado(a), inscrito nos quadros da OAB-BA sob o número \_\_\_\_\_ declaro estar ciente de que o Processo Ético-Profissional tramita em sigilo, conforme previsão disposta no artigo 1º do Código de Processo Ético- Profissional para os Conselhos de Medicina (Resolução CFM n.º 2.145/16) e de que devo manter a confidencialidade de todas as informações contidas nos documentos que compõem os autos. Estando de pleno acordo, assino a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome Completo e Assinatura





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



protocolo@cremeb.org.br



71 3339-2800



www.cremeb.org.br

#### ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O ITEM 4.1.8 DO TERMO DE REFERÊNCIA

À

Ilustríssima COMISSÃO EXAMINADORA

\_\_\_\_\_ (nome), RG

\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (qualificação), (nº inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil) OAB-SP nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ e endereço profissional \_\_\_\_\_ (rua, nº, bairro, cidade, estado, CEP), telefones \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, declaro sob as penas da Lei, que não é servidor público do CREMEB, bem como, não ser parente até o terceiro grau em linha reta ou colateral de empregado ou conselheiro do CREMEB, de que não incorre nas vedações previstas no artigo 14, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021, não guardando parentesco com membros da Comissão responsável pelo credenciamento, em conformidade com o item 4.1.8 do Termo de Referência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome Completo e Assinatura





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



protocolo@cremeb.org.br



71 3339-2800



www.cremeb.org.br

## FORMULÁRIOS - AUTÔNOMO PESSOA FÍSICA

### A) ATO DE CONCESSÃO INDIVIDUALIZADO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO REFERENTE ÀS ATIVIDADES DE DEFENSOR DATIVO

Aos ordenadores de despesas:

Nome completo					
Nascimento		Naturalidade		Escolaridade	
Estado civil	<input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Separado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a)				
Raça/Cor	<input type="checkbox"/> Branco(a) <input type="checkbox"/> Negro(a) <input type="checkbox"/> Pardo(a) <input type="checkbox"/> Amarelo(a) <input type="checkbox"/> Indígena				
Endereço					
Bairro		CEP		Cidade	
Tel / Celular		PIS		CPF	

Dados bancários:	<input type="checkbox"/> Conta Corrente	<input type="checkbox"/> Conta Poupança
Banco:	Agência:	Conta:

Possui vínculo empregatício com retenção de INSS? \*Se **sim**, preencher declaração de contribuição previdenciária. ☐ Sim ☐ Não

Possui dependentes para fins de IR? \*Se **sim**, preencher declaração de dependentes. ☐ Sim ☐ Não

### CENTRO DE CUSTOS:

#### Objetivo da atividade

Descrever o objetivo do presente documento. (ex. Apresentação de defesa prévia no PEP n.º, apresentação de alegações finais no PEP n.º ..). deverá estar específico qual o ato, bem como o valor que consta do item 15 do anexo I (no valor de R\$ ..... (valor por extenso)).

#### Conceder:

Pagamento de Honorários conforme Resolução CREMEB n.º 328/2020.

Salvador/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente

TRIBUNAL DE ÉTICA MÉDICA
Ato realizado conforme protocolo nº _____/20.....
Carimbo e assinatura

PAGAMENTO AUTORIZADO EM ____ / ____ / ____	
Cons. Otávio Marambaia dos Santos Presidente	Cons. Raimundo Teixeira Tesoureiro







**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



protocolo@cremeb.org.br



71 3339-2800



www.cremeb.org.br

## FORMULÁRIOS - AUTÔNOMO PESSOA FÍSICA

### B) DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES

Eu, ....., Advogado(a), inscrito(a) na OAB/BA sob o n.º ....., CPF n.º ....., registrado(a) no PIS/PASEP/NIT n.º ....., DECLARO, perante o CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA, sob as penas da lei, para efeito de retenção de IRRF, que mantenho sob minha exclusiva dependência as pessoas abaixo relacionadas:

NOME DO DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO	CPF	VÍNCULO DE PARENTESCO-DEPENDÊNCIA (cônjuge, filho ....)	Filho ou enteado universitário ou cursando escola técnica de 2º grau

Declaro, ainda, que estou ciente de que deverei comunicar imediatamente o Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia caso haja qualquer alteração de dependente. Por ser verdade, assino a presente.

Salvador/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

Assinatura





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



protocolo@cremeb.org.br



71 3339-2800



www.cremeb.org.br

## FORMULÁRIOS - AUTÔNOMO PESSOA FÍSICA

### C) DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Em conformidade com o que determina a Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, Eu, ....., Médico(a), inscrito(a) no Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia sob o n.º ....., CPF N.º ....., registrado(a) no PIS/PASEP/NIT sob o n.º ....., DECLARO, junto ao CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA, sob as penas da lei, para efeito de tributação sobre defensoria dativa, que presto serviços à outra fonte pagadora a qual recolhe mensalmente o teto máximo de contribuição do INSS (14%) pelo Regime Geral de Previdência Social.

Declaro, ainda, que caso haja qualquer alteração de desconto, será de minha responsabilidade o complemento da contribuição ao INSS até o limite do teto previdenciário, bem como comunicar imediatamente ao Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia em caso de perda do vínculo empregatício com a empresa abaixo mencionada.

Declaro ainda, que estou ciente de que deverei renovar esta declaração a cada período de vigência, sob pena do CREMEB fazer a retenção do INSS após sua validade.

Razão Social:

CNPJ da empresa:

Endereço da empresa:

E-mail da empresa:

Telefones da empresa:

Salvador/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura





**CREMEB**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA



protocolo@cremeb.org.br



71 3339-2800



www.cremeb.org.br

## FORMULÁRIOS - AUTÔNOMO PESSOA FÍSICA

### D) DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Em conformidade com o que determina a Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, Eu, ....., advogado(a), inscrito(a) no Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia sob o n.º ....., CPF N.º ....., registrado(a) no PIS/PASEP/NIT sob o n.º ....., DECLARO, junto ao CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA, sob as penas da lei, para efeito de tributação sobre defensoria dativa, que presto serviços à outra fonte pagadora a qual recolhe mensalmente a contribuição do INSS pelo Regime Geral de Previdência Social no valor de R\$ ..... referente ao salário de contribuição no valor de R\$ .....

Declaro, ainda, que caso haja qualquer alteração de desconto, será de minha responsabilidade o complemento da contribuição ao INSS até o limite do teto previdenciário, bem como comunicar imediatamente ao Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia em caso de perda do vínculo empregatício com a empresa abaixo mencionada.

Declaro ainda, que estou ciente de que deverei renovar esta declaração a cada período de vigência, sob pena do CREMEB fazer a retenção do INSS após sua validade.

Razão Social:

CNPJ da empresa:

Endereço da empresa:

E-mail da empresa:

Telefones da empresa:

Salvador/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura

